

Referência genérica em SNs singulares: uma abordagem cognitivista experimental

Generic reference in singular NPs: a cognitive grammar experimental approach

Diogo Pinheiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
diogopinheiro@letras.ufrj.br

Lilian Ferrari

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
lilianferrari@uol.com.br

Maria Clara Pimenta

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
maclarapimenta@yahoo.com.br

Joabe de Souza

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
joabesouza@hotmail.com.br

Márcia Viegas

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
marcia.viegas@uol.com.br

Wanderson Lucas Ohenes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil
wlohenes@gmail.com

Resumo: Este artigo se debruça sobre dois padrões de SNs singulares genéricos do português brasileiro – com artigo definido e com determinante zero – com um objetivo duplo: de um lado, caracterizar

as estruturas conceptuais associadas a cada um desses padrões; de outro, testar experimentalmente a validade dessa caracterização. À luz da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 1991, 2009, 2013), assumimos que ambos os padrões designam um tipo (em oposição a uma instância particular) inserido em um domínio conceitual abstrato (em oposição ao espaço físico). Com base nisso, sugerimos que (i) o esquema com artigo pressupõe a disponibilidade prévia do domínio de instanciação e evoca a conceitualização implícita de tipos não perfilados, ao passo que (ii) o esquema com determinante zero não pressupõe acesso prévio ao domínio de instanciação e não faculta a conceitualização de tipos não perfilados. Para testar essas hipóteses, foi realizado um experimento de julgamento de aceitabilidade no qual trinta estudantes de graduação avaliaram sentenças contendo SNs singulares genéricos definidos em duas condições: com sequência contrastiva (condição plenamente compatível com a hipótese (i)) e sem sequência contrastiva (condição menos compatível com a hipótese (i)). Os resultados revelaram a existência de diferença significativa na distribuição dos graus de aceitabilidade entre as duas condições ($p = .043$), fornecendo evidências em favor da proposta desenvolvida aqui.

Palavras-chave: Gramática Cognitiva; abordagem experimental; sintagma nominal genérico; português brasileiro.

Abstract: This paper investigates generic singular NPs in Brazilian Portuguese, comparing patterns containing a definite article with those that display a zero determiner. The goal is twofold: to characterize the conceptual structures associated with these predications and to experimentally validate this characterization. Within the framework of Cognitive Grammar (LANGACKER, 1987, 1991, 2009, 2013), we assume that both syntactic patterns designate a type (as opposed to a particular instance) which inhabits an abstract conceptual domain (as opposed to physical space). Given this assumption, we argue that: (i) the definite schema implies the previous availability of the domain of instantiation and implicitly conjures up unprofiled types, whereas (ii) the zero determiner schema does not presuppose previous access to the domain of instantiation and does not evoke unprofiled types. To test these hypotheses, an acceptability judgement test was carried out where 30 undergraduate students rated sentences containing definite generic NPs in two conditions: with a contrastive sequence (fully compatible

with hypothesis (i)) and without a contrastive sequence (less compatible with hypothesis (i)). The results revealed the existence of a significant difference in the distribution of acceptability ratings in each condition ($p = .043$), thus providing evidence for the conceptual approach advanced here.

Keywords: Cognitive Grammar; experimental approach; generic noun phrase; Brazilian Portuguese.

Recebido em: 10 de dezembro de 2016

Aprovado em: 26 de abril de 2017

*Quem vai pro exterior da favela sente saudade
O gringo vem aqui e não conhece a realidade
Vai pra Zona Sul pra conhecer água de coco
E o pobre na favela passando sufoco
(Cidinho e Doca – Rap da Felicidade)*

1 Introdução

A semântica dos sintagmas nominais genéricos tem merecido atenção especial na literatura, principalmente a partir de estudos em semântica formal (KRIFKA *et al.*, 1995). Em especial, todas as línguas parecem disponibilizar sintagmas singulares genéricos, mas divergem quanto às restrições semânticas e sintáticas impostas a seus usos. Assim, enquanto línguas não-relacionadas, como as germânicas e românicas, admitem o uso de SNs definidos com interpretação genérica (“o gato é voluntarioso”), o português brasileiro (PB) possui a peculiaridade, mesmo entre as línguas românicas, de contar com o singular genérico com determinante zero (“gato é voluntarioso”), conforme descrito por Müller (2002a, 2002b).¹

¹ A expressão “singular genérico com determinante zero” é empregada por Langacker (1991), no âmbito da sua *Cognitive Grammar*, com propósito meramente descritivo. É nesse sentido também que o empregamos aqui, já que a *Cognitive Grammar* é o quadro teórico no qual este trabalho se insere. Neste artigo, portanto, o termo “determinante zero” não pressupõe a hipótese de que exista, “na sintaxe”, a projeção de um determinante não realizado fonologicamente. Vale lembrar que esse tipo de

Dentre as vertentes teóricas que compõem a Linguística Cognitiva, a Gramática Cognitiva (GC) é aquela que apresenta a proposta mais detalhada para a caracterização semântica dos sintagmas nominais (LANGACKER, 1987, 1991). Essa proposta envolve a caracterização do significado dos SNs em termos de conceptualização. Tomando a abordagem langackeriana como ponto de partida, o presente trabalho busca investigar a diferença entre dois tipos de SNs singulares genéricos do PB – o esquema com artigo definido (“o gato é voluntarioso”) e o esquema com determinante zero (“gato é voluntarioso”) – com o objetivo de associar a organização interna dessas predicções a estruturas conceptuais específicas.

Na esteira da GC, defenderemos aqui que ambos os esquemas são representados em um Espaço de Tipo (ET), caracterizado como um domínio conceptual abstrato. Com base nisso, proporemos que os SNs genéricos estabelecem diferentes articulações entre o ET e outro domínio conceptual relevante, o Espaço Discursivo Corrente (EDC), definido como o espaço mental que inclui os elementos e as relações compartilhados por falante e ouvinte em cada momento do fluxo discursivo. Especificamente, sustentamos que o emprego de um SN singular genérico com artigo definido pressupõe a disponibilidade prévia do ET no EDC, ao passo que o mesmo não é verdade para o padrão com determinante zero.

Como se observa, esse tipo de abordagem envolve sugestões bastante específicas quanto ao tipo de *representação mental* associado ao emprego de SNs singulares genéricos. É preciso reconhecer, no entanto, que tratamentos dessa natureza abrem espaço para um questionamento importante: como é possível assegurar a *realidade psicológica* das descrições propostas? Com efeito, a insistência inicial da Linguística Cognitiva em análises estritamente linguísticas fundadas na intuição do analista levou alguns pesquisadores a questionar se o campo “faz jus ao seu nome” (PEETERS, 2001). Essa crítica, é preciso salientar, não poupou a GC langackeriana: algumas vozes, ainda que relativamente isoladas,

interpretação é inteiramente estranho à arquitetura gramatical postulada em modelos construcionistas (como é o caso da *Cognitive Grammar*), nos quais as representações fonológica e semântica não são “lidas” ou “interpretadas” a partir de uma estrutura sintática prévia (sobre esse ponto, ver Michaelis (2013)).

têm questionado a realidade psicológica de parte de suas propostas (BROCCIAS; HOLMANN, 2007; HOLLMANN, 2013).

Em face dessas preocupações, e em consonância com o que tem sido chamado de “guinada empírica” em Linguística Cognitiva (STEFANOWITSCH, 2011), propomo-nos neste trabalho a testar experimentalmente a validade das nossas hipóteses teóricas. Para isso, realizamos um experimento de julgamento de aceitabilidade no qual falantes nativos do PB foram solicitados a avaliar, em uma escala Likert de cinco pontos, a naturalidade de um conjunto de sentenças contendo SNs singulares genéricos. Ao recorrer a esse tipo de expediente para verificar a plausibilidade de certas postulações teóricas, esperamos poder contribuir para disseminar, também na comunidade de linguistas cognitivistas brasileiros, o interesse pelo recurso a métodos empíricos, e em particular experimentais.

O trabalho está organizado em três seções principais. Na seção 2, são apresentados os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa, detalhando-se premissas básicas da GC bem como sua proposta de caracterização dos nomes e sintagmas nominais. Na sequência, a seção 3 apresenta uma proposta de descrição cognitivista – sob a ótica da GC – do aporte conceptual associado aos dois esquemas de SNs singulares genéricos investigados aqui. Por fim, a seção 4 descreve o experimento realizado e discute seus resultados.

2 Gramática Cognitiva, sintagma nominal e *grounding*

Nesta seção, enfocam-se os pressupostos teóricos que nortearam a pesquisa. Após uma breve apresentação da GC (LANGACKER, 1987, 1991, 2009, 2013), detalhamos a proposta de Langacker para a caracterização dos nomes e sintagmas nominais, com especial atenção aos SNs singulares genéricos. Por fim, enfocamos o processo de *grounding* associado a sintagmas nominais definidos e indefinidos.

2.1 Breve caracterização da Gramática Cognitiva

A Gramática Cognitiva, quadro teórico desenvolvido por Ronald Langacker (1987, 1991, 2009, 2013), tem como proposta fundamental a premissa de que a gramática, ao invés de ser autônoma, reside em padrões esquemáticos de estrutura conceptual e simbolização. Sob essa ótica, o

termo *predicação* é usado para designar o significado de uma expressão, independentemente de sua abrangência. Tal significado, é importante ressaltar, não diz respeito apenas ao conteúdo conceptual, mas também ao modo particular como esse conteúdo é construído. A noção de *construal* busca apreender esse fenômeno, referindo-se à habilidade do falante de conceber e retratar uma mesma situação de formas alternativas.²

Tendo em vista que o significado é concebido como interação entre conteúdo conceptual e *construal*, a GC adota o termo *domínio* para se referir, de modo uniforme, ao conteúdo. Sendo assim, considera-se que uma expressão evoca um conjunto de domínios cognitivos, coletivamente denominados *matriz*, como base para o significado. Por exemplo, a expressão “copo d’água” pode evocar os seguintes domínios de experiência: espaço, o conceito de água, o conceito mais esquemático de líquido (imane em água), a concepção de um contêiner com líquido, noções de volume, etc. Por um lado, a lista de domínios evocados por uma expressão não é exaustiva, e depende sempre do propósito comunicativo do falante; por outro, pode-se estabelecer uma distinção entre *domínio básico*, que é não derivável ou analisável a partir de outras concepções (ex. Espaço, tempo, espectro cromático, espectro sonoro, temperatura, gosto, cheiro, etc.) e *domínio não-básico*, que pode ser reduzido a outras noções (ex. Instâncias de experiência imediata de tipo sensorial, emotivo ou motor/sinestésico, como a sensação de medo; produtos abstratos de operações intelectuais, como os conceitos de JUSTIÇA, VERTEBRADO, etc.). Os domínios não-básicos tendem a se organizar em hierarquias, de modo que uma concepção relativa a um determinado nível pressupõe e incorpora uma ou mais concepções de nível mais básico.

Embora reconheça que nem todos os significados são baseados em percepção visual, a GC recorre à metáfora visual para classificar as várias facetas do *construal*. Essas facetas incluem as dimensões de *especificidade*, *focalização* e *proeminência*, as quais passamos a descrever.

A *especificidade* diz respeito ao nível de precisão com que uma situação é retratada. Assim, um determinado animal pode ser descrito como “roedor”, mas também como “esquilo”, o que implica maior grau

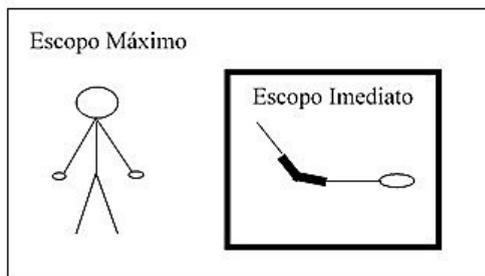
² Optamos por não traduzir o termo “construal” por se tratar de termo técnico cujas possíveis traduções (interpretação, construção) levariam a termos já utilizados na literatura linguística com acepções diferentes.

de especificidade. Nesse caso, o termo “roedor” é mais *esquemático* que “esquilo” – ou seja, considera-se que a caracterização “roedor” pode ser instanciada por caracterizações mais específicas, cada uma delas servindo para *elaborar* especificações mais detalhadas (roedor → esquilo → esquilo marrom → esquilo marrom grande).

A *focalização* é um aspecto do *construal* que inclui a seleção de conteúdo conceptual para apresentação linguística, como é o caso da organização em termos de *figura e fundo* (*foreground vs. Background*). Em termos mais gerais, todas as expressões evocam conhecimento pressuposto (*background knowledge*) como base para a interpretação. Por exemplo, para interpretar a sentença “Deixei meu carro no estacionamento rotativo”, é preciso acessar o conhecimento cultural referente a esse tipo de estacionamento, sem o qual o ouvinte poderia pensar que o carro foi abandonado no referido local. Além da organização figura vs. Fundo, a focalização inclui a extensão que uma expressão recobre no domínio acessado. Para cada domínio de uma matriz, uma expressão tem um *escopo* que consiste na sua cobertura daquele domínio, a qual será sempre limitada (*bounded*) em sua extensão. Assim, o termo *copo* evoca uma certa extensão espacial para a especificação de sua forma característica (mas não todo o universo), o verbo *tropeçar* requer o acesso mental a um período de tempo suficientemente longo para que o evento ocorra (e não a eternidade), e assim por diante.

Vale notar que o escopo, sendo uma questão de seleção, pode ser também organizado em termos de figura/fundo. Em determinados casos, é preciso distinguir entre *escopo máximo* de uma expressão em determinado domínio (ou seja, toda a extensão recoberta pela expressão) e o *escopo imediato*, mais limitado e diretamente relevante para um propósito particular. Usando-se uma metáfora teatral, o escopo imediato também pode ser denominado *onstage region* (região relativa ao palco, para a qual se dirige a atenção visual). Para ilustrar esse fenômeno, Langacker (2013, p. 63) discute a palavra “cotovelo” (*elbow*), que tem como um domínio bastante central de sua matriz a concepção de corpo humano. O autor nota, contudo, que o corpo não é um todo indiferenciado, mas uma estrutura composta de diferentes partes. Assim, o cotovelo é concebido, em primeiro lugar, como parte do braço. Há, portanto, uma hierarquia conceptual (CORPO HUMANO > BRAÇO > COTOVELO) em que BRAÇO funciona como escopo imediato e CORPO HUMANO, como escopo máximo:

FIGURA 1 – Escopo máximo e imediato para COTOVELO



Como mostra a Figura 1, a partir do escopo máximo, a expressão “cotovelo” seleciona um determinado conteúdo conceitual para colocar em *proeminência* (isto é, *onstage* no escopo imediato). Esse conteúdo selecionado constitui uma estrutura particular que será denominada *perfil* (*profile*). Por isso, diz-se que, no escopo imediato representado acima, a estrutura COTOVELO está *perfilada* (*profiled*).

2.2 Caracterização de nomes e sintagmas nominais

Valendo-se do instrumental teórico desenvolvido para tratar do significado das expressões linguísticas, Langacker (1991) enfoca as estruturas nominais, defendendo que a função semântica (e não o caráter estrutural) é o fator crítico para entender sua organização interna. Com base na proposta de que um nome perfila uma *coisa* (*thing*), definida como uma região (conjunto de entidades interconectadas) em um determinado domínio, o autor parte para a distinção das predicções nominais em termos de suas propriedades conceituais específicas. Em especial, investiga a distinção entre nomes simples (“gato”, “telhado”, “vinho”) e SNs (“aqueles três gatos”, “um telhado de madeira”, “o vinho branco”), propondo que os primeiros exercem a função de *tipo*, enquanto os segundos caracterizam *instâncias* de um tipo.

2.2.1 Instanciação: tipo vs. Instância

Para Langacker (1991, p.55), a distinção entre tipo e instância apresenta pontos em comum com a distinção entre *extensão* e *intenção*. A extensão de um termo é o conjunto de objetos que podem ser designados

por ele em um dado mundo: a extensão de “gato”, por exemplo, é o conjunto de gatos. A intenção de um termo, por outro lado, é descrita como uma função das palavras para suas extensões, ou seja, um tipo de caracterização que identifica precisamente os objetos que constituem a extensão do termo no mundo.

Apesar dos pontos em comum, entretanto, o autor aponta diferenças importantes entre essas dicotomias. Em especial, os constructos *tipo* e *instância* correspondem a estruturas conceptuais e enfocam o modo pelo qual situações concebidas são retratadas linguisticamente. Sob a ótica da GC, “tipo” e “instâncias” equivalem a *conceito* e *entidades conceptuais*, respectivamente. Assim, a instância designada por “o gato” não equivale nem à referência da expressão nominal (tomada normalmente como um objeto no mundo), nem à extensão de “gato” (o conjunto de todos esses objetos). Isso porque o polo semântico de um SN é tratado como uma conceptualização, que pode designar até mesmo uma instância não-específica ou não-referencial (ex. “Ele queria encontrar *um apartamento* próximo ao trabalho, mas não havia *nenhum apartamento* à venda na região”).

Para elucidar o contraste entre *concepção de tipo* e *concepção de instância*, Langacker (1991) propõe a noção de *domínio de instanciação*, definido como o domínio no qual se considera que uma entidade reside ou tem sua manifestação primária. Por exemplo, TEMPO é o domínio de instanciação para eventos, enquanto ESPAÇO é o domínio de instanciação para substância material. Mais precisamente, o domínio de instanciação é o domínio no qual a localização de uma entidade é suficiente para estabelecê-la como uma instância de uma categoria distinta de outras instâncias potenciais.

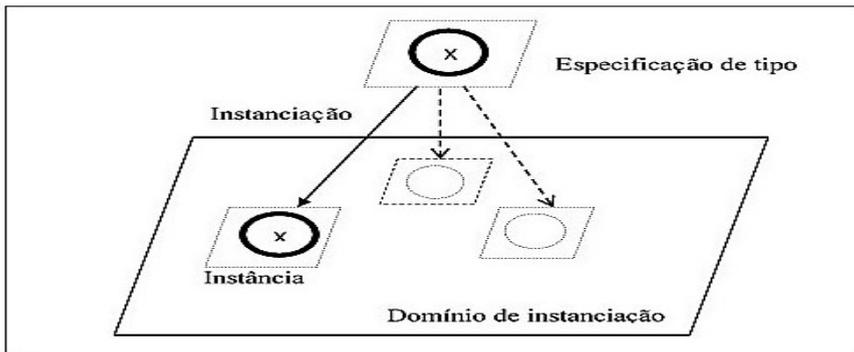
As concepções de tipo e instância compartilham a propriedade de perfilar uma entidade no domínio de instanciação. Por exemplo, tanto “gato” quanto “o gato” evocam e perfilam a concepção de uma criatura peluda que ocupa o espaço físico e tem uma determinada forma nesse domínio. Sendo assim, Langacker (1991) propõe um fator adicional para dar conta da distinção: *instâncias (mas não tipos) apresentam uma localização particular no domínio de instanciação*. Isso significa que uma especificação de tipo usa o domínio de instanciação apenas para descrever uma propriedade da entidade designada (como sua forma ou extensão temporal), ao passo que uma especificação de instância concebe o domínio como tendo extensão suficiente para sustentar manifestações

simultâneas de entidades múltiplas, caracterizando a entidade perfilada como situada no âmbito dessa extensão em uma localização específica em contraste com outras localizações possíveis. Nas palavras do autor:

Pode ser útil imaginar uma especificação de tipo como flutuando pelo domínio de instanciação, sem estar presa a nada, com o potencial de se manifestar em qualquer lugar dentro desse domínio. Esse potencial é concretizado, e uma concepção de instância é obtida, quando a especificação é ancorada em um ponto particular (LANGACKER, 1991, p. 57).³

Nos termos da definição proposta, a especificação de instância é assim representada:⁴

FIGURA 2 – Especificação de instância



³ “It may be helpful to imagine a type specification as floating about unattached through the domain of instantiation, with the potential to be manifested anywhere within it. This potential is realized, and an instance conception obtained, when the specification is anchored at a particular spot.”

⁴ Deve-se destacar que a noção de instanciação difere das noções de *grounding* e referência. O *grounding*, a ser detalhado mais adiante, pressupõe que uma instância foi estabelecida e acrescida de uma indicação relativa aos participantes do evento de fala; a instanciação em si não fornece essa indicação. Além disso, o efeito de uma predicação ancorada no *ground* (*grounding predication*) pode ser o de negar o status referencial da instância perfilada (ex.: “Ele precisava de um emprego, mas não havia *nenhum* emprego disponível”).

Especificação de tipo

Instanciação

As especificações de tipo, por sua vez, representam diferentes níveis de abstração, de modo que uma *hierarquia de tipos* pode conter uma sequência ordenada (ex. COISA > ANIMAL > MAMÍFERO > GATO). Em termos de significado, cada especificação de tipo é esquemática em relação à que lhe segue; além disso, os membros de cada categoria incluem aqueles da próxima como um subconjunto.

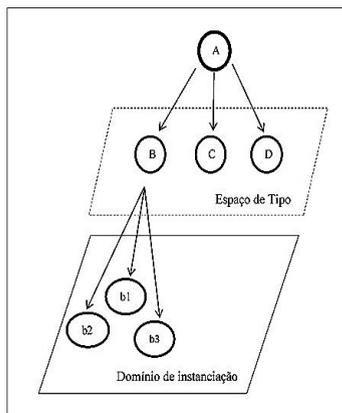
Costumam-se distinguir as relações de tipo/subtipo, por um lado, das relações (sub)tipo/instância, de outro. Para tratar das primeiras, usa-se o termo *elaboração*, enquanto as últimas são designadas como *instanciação*. Langacker (1991) argumenta, entretanto, que a distinção não é absoluta, e que a instanciação pode ser mais bem compreendida como um caso especial de elaboração. Para defender essa posição, o autor analisa expressões nas quais os tipos são construídos como instâncias, como no exemplo a seguir:

(1) O gato é um mamífero que pode viver entre quinze e quarenta anos.

Em (1), o SN “o gato” recebe interpretação genérica, que diz respeito ao animal como tipo – não se trata aqui de um gato particular e espacialmente instanciado. Ao mesmo tempo, entretanto, esse tipo é construído como instanciação de um tipo mais alto (MAMÍFERO).

Para representarmos a estrutura conceptual associada ao uso do SN em (1), consideremos, primeiramente, a situação normal, na qual instanciações constituem o nível mais baixo da hierarquia de tipo:

FIGURA 3 – Espaço físico como domínio de instanciação



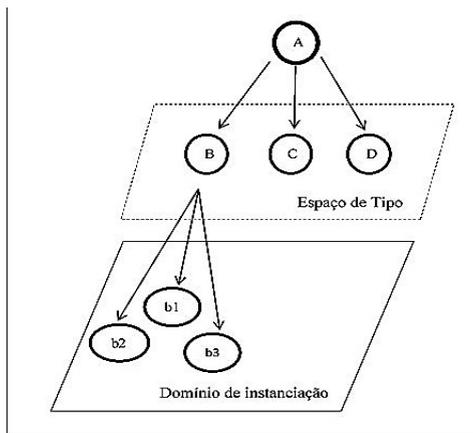
A estrutura A representa um tipo (ex.: MAMÍFERO), enquanto B, C e D são subtipos (ex.: GATO, HUMANO, BALEIA), cada qual com múltiplas instanciações. Por exemplo, as instanciações de B (b1, b2 e b3) podem corresponder a gatos específicos, como ilustram os exemplos a seguir:

(2) Meu gato sumiu.

(3) O gato do vizinho é cinza azulado.

A situação é um pouco diferente quando a expressão “o gato” caracteriza um tipo de mamífero (como em (1)). Nesse caso, o domínio pertinente de instanciação não é mais o espaço físico, mas o Espaço de Tipo para MAMÍFERO, como representado a seguir:

FIGURA 4 – Espaço de Tipo como domínio de instanciação



A Figura 4 indica que a especificação de tipo para GATO não é apenas um subtipo de MAMÍFERO, mas instanciações quantificáveis dessa categoria. Nesse caso, pode-se mencionar “dois mamíferos” (ex.: “o gato e o cachorro são dois mamíferos”), do mesmo modo que se pode falar de “dois gatos” em referência a “meu gato” e “o gato do vizinho”.

2.2.2 Grounding

Como descrito anteriormente, considera-se que todo SN perfila uma coisa (*thing*), construindo-a como uma instância quantificada de um determinado tipo e ancorada ao *Ground* – conceito que se refere à situação comunicativa e inclui, portanto, falante, ouvinte, local e momento do ato de fala. Langacker recorre ainda ao termo *grounding predication* (“predicação de ancoragem”) para se referir a predicações que relacionam uma instância perfilada a um determinado ponto de referência.

O falante sempre pode contar com dois pontos de referência naturais, inerentes à situação comunicativa: o *Ground* propriamente dito e uma massa de referência (R_T), que inclui todas as instâncias no âmbito do discurso. Por exemplo, para o nome “menino”, que designa uma entidade discreta, R_T é equivalente ao conjunto de todas as instâncias.

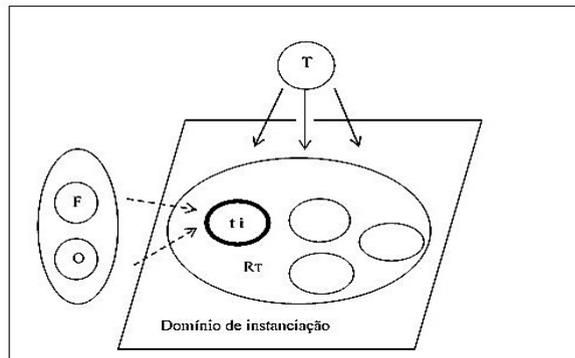
O objetivo do falante ao usar um SN é mencionar uma determinada instância de um tipo, de modo que o ouvinte possa determinar a referência pretendida. Por exemplo, para um determinado tipo T , existe normalmente um conjunto aberto de instâncias (t_1, t_2, t_3, \dots). Além disso, para se determinar o valor definido (ou indefinido) da instância perfilada, o ponto de referência externo inclui falante e ouvinte, que se veem sob o desafio de dirigir a atenção para a mesma instância, sendo responsáveis pela conceptualização que constitui o polo semântico do SN.

Assim, falante (F) e ouvinte (O), que formam conjuntamente o *Ground*, enfrentam a tarefa de coordenar suas referências mentais a uma determinada instância t_1 do tipo T , destacada da massa de referência R_T . Tanto o *Ground* quanto R_T estão disponíveis como pontos de referência para esse propósito.

Tendo em vista que os participantes do evento de fala estabelecem contato com a entidade concebida e a relacionam ao seu próprio conhecimento das instâncias, as predicções de ancoragem são consideradas epistêmicas. Ao usar o *Ground* como ponto de referência, o indivíduo estabelece *contato mental* com t_1 e, portanto, t_1 é destacado para tomada de consciência no estado mental corrente do falante.

A Figura 5 representa os fenômenos de instanciação e contato mental, em que há coordenação plena da referência:

FIGURA 5 – Instanciação e contato mental



Com base na Figura 5, conclui-se que uma predicção epistêmica sempre perfila a entidade ancorada, e não a relação de ancoragem em si mesma (embora essa relação seja parte essencial de sua base e, portanto, de seu significado). Como já mencionamos, a entidade perfilada para as

expressões nominais é uma *coisa*: uma instância quantificada e única do tipo T e retirada da massa de referência RT. A predicação de ancoragem evoca os interactantes como pontos de referência e faz algum tipo de especificação referente ao estabelecimento de contato mental com t_1 por parte deles.

2.2.3 Definitude e indefinitude

Neste trabalho, interessam-nos, em especial, as predicções que enfocam grau de definitude e tomam o *Ground* como ponto de referência primário.

Para caracterizar o artigo definido, Langacker (1991) recorre à noção de *current discourse space* (Espaço Discursivo Corrente, ou apenas EDC), que contém os elementos e relações construídos como compartilhados por falante e ouvinte. Esses elementos e relações constituem a base para a comunicação em um determinado momento do fluxo discursivo, e representam aquilo que é concebido como imediatamente disponível para os interlocutores, figurando diretamente na consciência ou sendo prontamente evocado por associação ou inferência. Outra noção básica é a de *contato mental*, definida como um processo em que uma entidade é isolada (*singled out*) para tomada de consciência individual. Com base nas noções de EDC e contato mental, Langacker (1991, p. 98) propõe a seguinte caracterização do artigo definido:

O uso do artigo definido como descrição de tipo T em um sintagma nominal implica que: (1) a instância designada t_1 de T é única e máxima em relação ao EDC; (2) o Falante tem contato mental com t_1 ; e (3) o Ouvinte pode ter contato mental com t_1 ou o próprio SN é suficiente para estabelecer esse contato⁵.

Segundo essa definição, o artigo em si mesmo perfila t_1 , e seu uso implica que o SN é suficiente para colocar o ouvinte em contato mental com uma instância unicamente identificada, sem depender de outras informações disponíveis na cláusula que o contém.

⁵“The use of the definite article with type description T in a nominal implies that (1) the designated instance t_1 of T is unique and maximal in relation to the current discourse space; (2) S has mental contact with t_1 ; and (3) either H has mental contact with t_1 or the nominal alone is sufficient to establish it.”

A especificação de que t_1 é único no EDC pode ser ilustrada com os seguintes exemplos:

- (4) a. Douglas comeu uma maçã e um figo. A maçã estava deliciosa.
 b. *Douglas comeu uma maçã verde e uma maçã vermelha. A maçã estava deliciosa.

Em (4^a), o EDC criado pela primeira cláusula contém apenas uma instância de MAÇÃ. Sendo assim, a referência pretendida é inequívoca. Já em (4b), o EDC contém duas instâncias de MAÇÃ; dessa forma, t_1 não é único e o artigo definido “o” é inapropriado.

A especificação de que t_1 é máximo estabelece que t_1 só pode ser identificado com a instância mais inclusiva no espaço discursivo, como ilustram os seguintes exemplos:

- (5) a. José tem três carros. Os carros são esportivos.
 b. José comprou vinte litros de água. A água foi usada para molhar as plantas.

Nos exemplos, as primeiras cláusulas introduzem uma instância de CARRO, com a cardinalidade de três (ex. (5a)) e uma instância de ÁGUA, com um volume de vinte litros (ex. (5b)). Trata-se de instâncias máximas no espaço discursivo, às quais “os carros” e “a água” se referem com propriedade.

Assim como os definidos, os SNs com artigo indefinido também tomam o *Ground* como ponto de referência primário. Estes últimos, contudo, apresentam uma diferença crucial em relação aos primeiros, por serem insuficientes para colocar o ouvinte em contato mental com uma instância única de T. Langacker retoma aqui a proposta de Hawkins (1978), para quem o artigo indefinido contrasta com o definido em relação à unicidade: o primeiro implica que o SN em si mesmo não é suficiente para colocar o ouvinte em contato mental com uma instância unicamente determinada da categoria. Assim, se há dois mecânicos consertando um carro, e vários parafusos disponíveis, é possível que um diga para o outro “Poderia me passar um parafuso?” – mas dificilmente diria “Poderia me passar o parafuso?”. Isso porque há múltiplas instâncias de parafuso no EDC, definido neste caso pelas circunstâncias físicas imediatas.

Com relação aos sintagmas indefinidos, Langacker (1991) assinala que há uma clara divisão de função entre os que apresentam artigo indefinido e os que ocorrem com zero: o artigo indefinido ocorre apenas com nomes singulares contáveis (“Ele comprou um livro”), enquanto o determinante zero ocorre com nomes contáveis e não-contáveis (“Alice bebeu (Ø) leite”; “Ø Ratos entraram na loja”). Além disso, apenas o determinante zero admite um *construal* plenamente genérico (“Ø Cachorros são mamíferos”).⁶

De especial relevância são os casos que envolvem a noção de instância arbitrária. Uma delas é a chamada leitura opaca, que constitui uma das leituras possíveis da sentença *Maria quer comprar um vestido*. Aqui, o referente VESTIDO não é acessado no espaço de ‘realidade’, mas no espaço de desejo de Maria – trata-se, portanto, de um vestido não-específico.⁷ Outro caso diz respeito ao valor do artigo indefinido em construções de predicado nominal (ex.: “Alice é uma ladra”). Por fim, há o uso que envolve sentenças genéricas, como “Uma criança sempre tem sonhos”. O que todos esses usos têm em comum é o fato de poderem ser considerados casos de não-especificidade, nos quais uma determinada instância t_1 de T é evocada para um propósito particular limitado, e só se sustenta em contextos desse tipo. É importante destacar que essas sentenças não implicam que falante e ouvinte tenham contato mental pré-existente com a instância designada pelo sintagma indefinido. A instância, na verdade, é evocada com vistas a se estabelecer uma afirmação genérica e como tal é concebida como uma instância representativa da categoria, e não como uma instância particular, conhecida em bases independentes. Assim, tanto “uma criança” quanto “sonhos” podem suscitar leituras não-específicas, de forma semelhante a “um vestido” em interpretação opaca na sentença “Maria quer comprar um vestido”.

Há um caso de sintagma singular, entretanto, que não foi discutido por Langacker. Trata-se do sintagma singular genérico com determinante zero, cuja ocorrência não é gramatical em inglês (“*Cat is lazy”). Esse

⁶ Para uma discussão mais detalhada desses casos, remetemos a Langacker (1991, p. 89-95 e p. 103-107).

⁷ A sentença também admite a leitura transparente em que VESTIDO é acessado na Base (espaço de ‘realidade’). Essa leitura, por ser específica, não se inclui nos casos de instância arbitrária discutidos por Langacker (1991).

tipo de estrutura, contudo, ocorre em português (“Gato é preguiçoso”), e se inclui no foco de investigação deste trabalho. Na próxima seção, apresentaremos uma proposta teórica que busca ampliar a proposta langackeriana, a fim de contrastar os usos genéricos dos sintagmas singulares com artigo definido e com determinante zero no PB.

3 SNs singulares genéricos no PB: uma abordagem cognitivista

Nesta seção, propomos uma análise cognitivista para dois tipos de SN singulares genéricos do PB: o padrão com determinante zero, como em (6^a) e (7^a), e o padrão com artigo definido, como em (6b) e (7b).

(6) a. Gato é muito voluntarioso.

b. O gato é muito voluntarioso.

(7) a. Brasileiro gosta de feijoada.

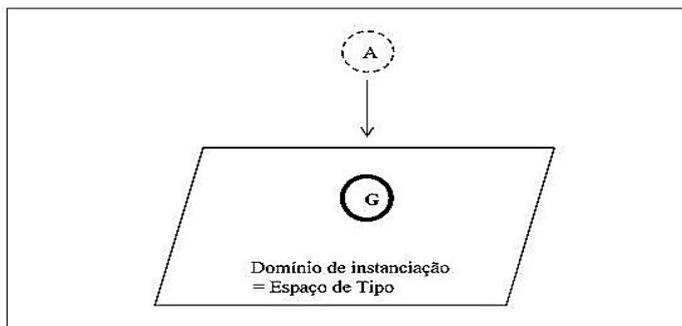
b. O brasileiro gosta de feijoada.

Embora nosso objetivo último seja o de explorar as *diferenças* entre essas estruturas, vale a pena iniciar a análise assinalando as semelhanças entre elas. Em primeiro lugar, ambos os padrões designam *tipos* (em oposição a instâncias particulares), o que significa que tanto o esquema ARTIGO DEFINIDO + SN quanto o esquema Ø + SN perfilam uma categoria inserida em um Espaço de Tipo, e não uma entidade particular inserida no espaço físico. Assim, quando alguém enuncia (6a) ou (6b), está fazendo referência a uma categoria (GATO) que tem existência em um espaço abstrato (digamos, o espaço abstrato das espécies animais, ou dos mamíferos, ou dos felinos), e não a um ser particular (digamos, o Tom) que tem existência no espaço físico (ainda que, no caso do Tom, não se trate do espaço físico do mundo real). Da mesma maneira, quando alguém enuncia (7a) ou (7b), está se referindo à categoria genérica BRASILEIRO, que existe no espaço abstrato das nacionalidades, e não a qualquer brasileiro particular que habite o mundo físico.

Nos termos da GC, essa proposta pode ser traduzida assim: quando se trata de SNs singulares genéricos, o domínio da instanciação do referente do núcleo do SN corresponde a um Espaço de Tipo – isto

é, a um domínio conceptual abstrato. Tomando como exemplos os SNs sujeitos de (6), essa ideia pode ser representada assim:

FIGURA 6 – Representação conceptual parcial das expressões genéricas “Gato” e “O gato”



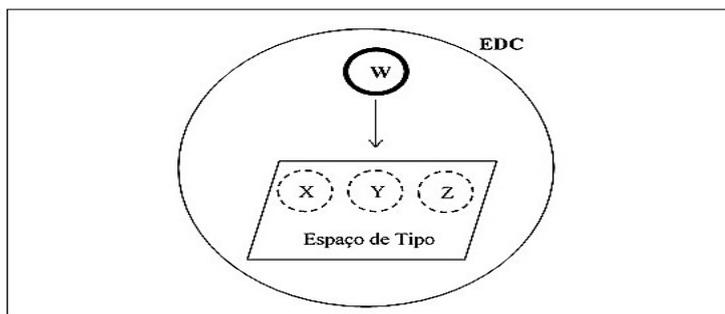
A Figura 6 ilustra uma hierarquia de tipo na qual a letra A representa o tipo ANIMAL e a letra G representa o tipo GATO. Usamos a linha forte no círculo ao redor da letra G para indicar que o tipo GATO é conceptualmente *perfilado* pelas expressões “Gato” e “O gato”; pela mesma lógica, usamos a linha pontilhada no círculo ao redor da letra A para indicar que o tipo ANIMAL corresponde à porção não-perfilada da predicação (isto é, ao que Langacker chamada de *base*).

Se a representação acima captura as similaridades entre os dois padrões de SN genérico analisados aqui, é preciso agora investigar as diferenças entre eles. Para isso, dividiremos nossa hipótese em duas partes: (i) uma hipótese referente às representações conceptuais compartilhadas pelos interlocutores – e, portanto, disponíveis no EDC – no momento *imediatamente anterior* ao emprego de cada um dos padrões e (ii) uma hipótese referente às representações conceptuais que são acionadas – e, portanto, passam a estar disponíveis no EDC – em função do próprio emprego de cada um dos padrões de SN genérico. No primeiro caso, trata-se de investigar o *contexto discursivo que licencia* o emprego de uma ou outra estrutura; no segundo, trata-se de descrever o *cenário conceptual diretamente predicado* pelas estruturas investigadas.

Em relação ao primeiro ponto, sugerimos que o padrão definido é licenciado nos contextos em que o domínio conceptual de instanciação do referente do núcleo do SN já se encontra previamente disponível.

Nos termos da GC, isso significa que o Espaço do Tipo que abriga o tipo designado pelo SN deve estar previamente acessível no Espaço Discursivo Corrente. Essa situação pode ser representada assim⁸:

FIGURA 7 – Representação do contexto discursivo que licencia o padrão com artigo

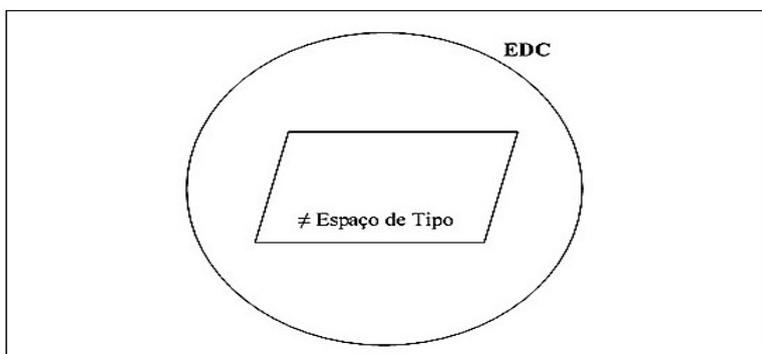


A Figura 7 busca capturar o conhecimento compartilhado entre os participantes da situação comunicativa no momento anterior à enunciação de um SN singular genérico com artigo definido. A presença do tipo W representa o fato de que, nesse ponto da interação, um domínio conceptual abstrato deve estar acessível ao Falante e ao Ouvinte. Por definição, o acesso mental a essa categoria faculta a conceptualização de um Espaço de Tipo, bem como dos tipos inseridos nele. Indicados no diagrama acima pelas variáveis X, Y e Z, esses tipos estão representados por linhas pontilhadas para marcar o fato de que, nesse momento, eles não estão perfilados, dado que ainda não foram mencionados de forma explícita. Em outras palavras, sua conceptualização decorre tão somente do conhecimento de mundo compartilhado pelos interactantes. A Figura 7 representa, portanto, uma situação na qual uma categoria mais geral (como ANIMAL, por exemplo) já está acessível, levando à conceptualização de um Espaço de Tipo (por exemplo, o espaço conceptual abstrato das espécies animais) e à “visualização” implícita (ou “offstage”, nos termos de Langacker) de tipos pertencentes a esse espaço (por exemplo, GATO, CACHORRO e MORCEGO).

⁸ Como o Espaço Discursivo Corrente é tratado por Langacker (1991, p. 97) como um tipo de espaço mental, nos termos do modelo de Fauconnier (1994), iremos representá-lo como um círculo, como tradicionalmente se faz na Teoria dos Espaços Mentais.

No que diz respeito ao padrão com determinante zero, sugerimos que o contexto discursivo que o licencia é menos específico – fundamentalmente, ele é caracterizado pela *ausência* de uma categoria geral (como ANIMAL, ou NACIONALIDADE, ou qualquer outra) no Espaço Discursivo Corrente. Em outras palavras, sugerimos que a formulação sem artigo será preferida quando o Espaço de Tipo – que, como vimos, funciona como domínio de instanciação do referente do núcleo do SN – *não* estiver disponível no EDC. Essa ideia pode ser representada assim:

FIGURA 8 – Representação do contexto discursivo que licencia o padrão com determinante zero



A Figura 8 representa uma situação na qual o domínio conceptual abstrato que sustenta a instanciação do tipo designado pelo SN genérico *não* se encontra no EDC, por não ter sido ativado no contexto discursivo. Por essa razão, também não estão representados no diagrama acima tipos abstratos (como aqueles indicados pelas variáveis X, Y e Z na Figura 7). Em termos práticos, isso significa que uma diferença crucial entre as estruturas com artigo e com determinante zero diz respeito à disponibilidade prévia da entidade a ser perfilada pelo SN: estamos sugerindo que, no primeiro caso, essa entidade está previamente disponível (ainda que “offstage”) ao passo que, no segundo caso, ela não comparece no EDC.

Isso nos leva à segunda parte da nossa hipótese – aquela que diz respeito à representação conceptual evocada pelo próprio SN singular genérico. Se a alternativa com artigo é empregada em uma situação interacional como aquela representada na Figura 7, isso significa que seu papel é tão somente o de *perflar* uma entidade que já se encontra

previamente disponível no EDC (em detrimento de outras entidades que igualmente povoam o Espaço de Tipo). Em contraste, se a alternativa sem artigo é empregada no contexto representado na Figura 8, isso significa que seu papel será o de inserir uma nova entidade na EDC. Essa diferença fica evidenciada pelo contraste entre as figuras 9 e 10:

FIGURA 9 – Representação conceptual associada ao SN singular genérico com artigo definido

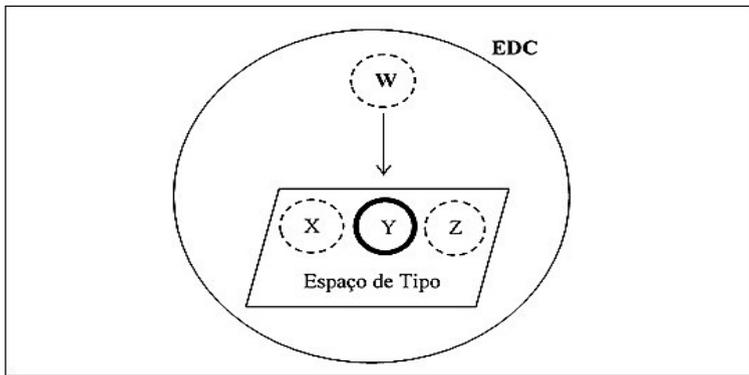
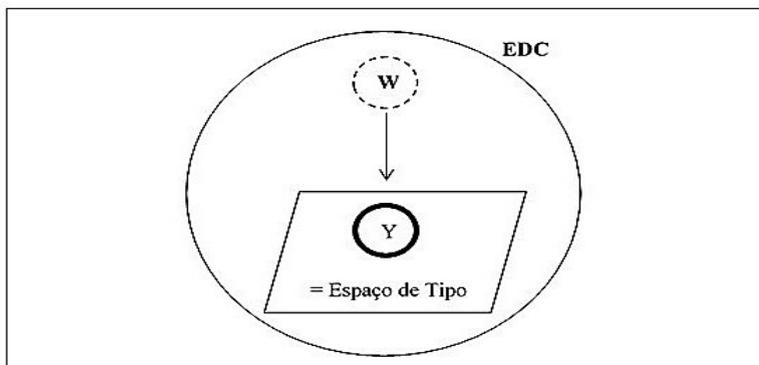


FIGURA 10 – Representação conceptual associada ao SN singular genérico com determinante zero



A Figura 9 representa o fato de que o papel do SN singular genérico com artigo é o de perfilar (conforme indicado pela linha mais forte ao redor do Y) uma entidade já presente do Espaço de Tipo abstrato que serve como domínio de instanciação para o referente do seu núcleo (conforme indicado na Figura 7). A Figura ajuda ainda a explicitar visualmente a ideia de que o padrão com artigo *seleciona* uma entidade conceptual (aquela representada por Y) em meio a um conjunto de tipos não-perfilados (aqueles representados por X e Z).

A Figura 10, por seu turno, representa a ideia de que o SN singular genérico com determinante zero estabelece no Espaço Discursivo Corrente um novo Espaço de Tipo, ao mesmo tempo em que perfila um tipo inserido nesse espaço (aqui representado pela variável Y). A comparação entre as figuras 9 e 10 deixa evidente que a diferença entre os dois padrões de SN singular genérico diz respeito à parte não-perfilada da predicação (isto é, ao que Langacker chama de base): crucialmente, apenas a alternativa com artigo faculta a “visualização” de tipos não-perfilados presentes no domínio de instanciação, para além daquele diretamente designado pelo SN. As diferenças entre as duas estruturas estão sintetizadas na tabela abaixo:

TABELA 1 – Diferenças entre os padrões de SN singular genérico com e sem artigo definido

	REPRESENTAÇÃO CONCEPTUAL ASSOCIADA AO CONTEXTO PRÉVIO	REPRESENTAÇÃO CONCEPTUAL ASSOCIADA AO SN SINGULAR GENÉRICO
ARTIGO DEFINIDO + NOME	Espaço de Tipo disponível no EDC; tipos disponíveis no EDC mas não perfilados	Perfilamento de um dos tipos inseridos no Espaço de Tipo previamente disponível no EDC
DETERMINANTE ZERO + NOME	Espaço de Tipo e tipos não disponíveis no EDC	Estabelecimento de um novo Espaço de Tipo e de um novo tipo no EDC

Conforme observamos na Introdução deste artigo, a Gramática Cognitiva tem recebido algumas críticas em função da alegada ausência, ou pelo menos escassez, de suporte experimental para seus constructos

teóricos (HOLLMANN, 2013; BROCCIAS; HOLLMANN, 2007) – nos termos de Hart (2014, p. 16), “a realidade psicológica da Gramática Cognitiva é, neste momento, plausível mas ainda não demonstrada”⁹. Dessa maneira, análises calcadas na GC podem ser consideradas hipóteses produtivas e instigantes, mas dificilmente poderiam prescindir de algum tipo de verificação empírica.

Isso vale, naturalmente, para a análise desenvolvida nesta seção. Por um lado, é possível que alguns a considerem produtiva e instigante – ela pode ajudar a entender, por exemplo, por que expressões com SN singular genérico com e sem artigo *parecem* sinônimas (porque perfilam um mesmo tipo de entidade, em um mesmo tipo de Domínio de instanciação), ao mesmo tempo em que esclarece por que elas, na verdade, *não são* sinônimas (porque se distinguem quanto à porção não-perfilada – isto é, implícita – da predicação). Mas até que ponto esse tipo de sugestão é confiável? Que evidências nós temos de que a percepção de uma sentença como (6b) dispara a conceptualização implícita de outros animais (digamos, CACHORRO, MORCEGO, etc.), ao passo que o mesmo efeito não se verifica com uma sentença do tipo (6^a)? É para essa questão que nos voltamos na próxima seção.

4 Testando a hipótese

A fim de verificar a realidade psicológica da análise desenvolvida na seção anterior, foi realizado um teste offline de julgamento de aceitabilidade. Nesta seção, descrevemos o experimento (item 4.1) e, na sequência, apresentamos e discutimos seus resultados (item 4.2).

4.1 O experimento: visão geral

Para o experimento de julgamento de aceitabilidade, foi utilizada escala Likert de cinco pontos. Como variável dependente, portanto, temos o grau de aceitabilidade do estímulo, que poderia variar entre os níveis 1 (completamente inaceitável) e 5 (completamente aceitável). A única variável independente considerada foi a presença ou ausência de contraste. Assim, os estímulos críticos foram divididos em somente duas condições – sem contraste e com contraste –, conforme os exemplos abaixo:

⁹“The psychological reality of Cognitive Grammar is, at this point in time, plausible but not yet proven”.

(8) A criança gosta de doces e guloseimas.

(9) A criança gosta de doces e guloseimas. Já o adulto tende a ter um paladar mais apurado.

Os estímulos da condição sem contraste, como (8), predicam sobre uma única categoria (no exemplo acima, CRIANÇA). Diferentemente, os estímulos da condição com contraste, como (9), estabelecem uma oposição entre duas categorias distintas (no exemplo acima, CRIANÇA e ADULTO).¹⁰ Neste experimento, prevemos que o grau de aceitabilidade do estímulo estará relacionado à presença ou ausência de contraste, de maneira tal que *os estímulos com contraste serão tidos como mais aceitáveis que os estímulos sem contraste* (mas ver a seção 4.1.3 para uma outra formulação da previsão experimental).

Para compreender a lógica por trás do experimento, é importante lembrar a hipótese desenvolvida na seção 3. Resumidamente, defendemos que o SN singular genérico com artigo definido (i) pressupõe a disponibilidade prévia do Espaço de Tipo que funcionará como domínio de instanciação do referente do seu núcleo e (ii) faculta a conceptualização implícita de tipos não-perfilados. Ao mesmo tempo, e inversamente, sugerimos que o SN singular genérico com determinante zero (i) não pressupõe a disponibilidade prévia do Espaço de Tipo que funcionará como Domínio de instanciação e (ii) não faculta a conceptualização implícita de tipos não-perfilados.

Ao manipular a presença e ausência de sequências contrastivas nos estímulos experimentais, foi possível criar estímulos mais e menos compatíveis com a descrição sugerida para o padrão de SN genérico com artigo. Especificamente, a inserção de uma sequência adicional nos estímulos com contraste favorece a inferência de que o domínio conceptual do ET corresponde ao próprio tópico do discurso. Por exemplo, a segunda sentença de (9) favorece a interpretação de que as sentenças presentes no estímulo são parte de uma sequência discursiva mais ampla na qual o tópico em pauta são as diferenças entre as etapas da vida humana. Tecnicamente, realizar esse tipo de inferência equivale a assumir que (i) o Espaço de Tipo FASES DA VIDA HUMANA estava previamente disponível para os interlocutores hipotéticos da situação comunicativa em que a

¹⁰ Para detalhes sobre a composição dos estímulos, ver seção 4.1.2.

sentença teria sido enunciada e (ii) a função realizada pelo SN genérico foi a de perfilar um tipo particular (por exemplo, o tipo CRIANÇA) em meio a outros tipos conceitualmente disponíveis (por exemplo, ADOLESCENTE e ADULTO). Assumindo-se que os sujeitos experimentais de fato realizarão essa inferência, essa proposta produz a previsão de que os estímulos com contraste deverão ser considerados naturais e bem-sucedidos.¹¹

Nos estímulos da condição sem contraste, por outro lado, a ausência de uma sequência contrastiva torna menos evidente ou imediata a interpretação de que o domínio conceptual do ET corresponde ao próprio tópico do discurso.¹² Em outras palavras, assumimos que, em uma sentença como (8), os sujeitos experimentais terão menos subsídios – em comparação com a condição com contraste – para interpretar o enunciado como parte de uma sequência discursiva mais ampla sobre as FASES DA VIDA HUMANA. Tecnicamente, isso significa que eles estarão menos propensos a assumir que (i) o ET FASES DA VIDA HUMANA estava previamente disponível para os interlocutores e (ii) o SN genérico teria cumprido tão somente a função de perfilar um tipo particular em meio a um conjunto de tipos disponíveis. Caso a nossa hipótese esteja correta, a ausência (ou menor disponibilidade) dessa interpretação deverá conduzir a um grau de aceitabilidade relativamente mais reduzido para os estímulos sem contraste.

Em resumo, as condições experimentais procuram manipular o acionamento de inferências contextuais por parte dos sujeitos do experimento: enquanto a inserção de uma sequência contrastiva deverá favorecer a evocação do tipo de representação conceptual associado ao SN singular genérico com artigo, a supressão dessa mesma sequência deverá produzir o efeito inverso. Como, no entanto, todos os estímulos críticos contêm SNs genéricos *com* artigos, espera-se que essa diferença resulte em uma diferença significativa na aceitabilidade dos estímulos pertencentes a cada uma das condições.

¹¹ Naturalmente, o desenho do experimento e a composição dos estímulos pressupõem a ideia de que ouvintes/leitores são capazes de fazer inferências sobre o contexto em que os enunciados ouvidos/lidos teriam sido utilizados (WESTERA; BRASOVEANU, 2014; SAVIC, 2014).

¹² O que não significa que essa interpretação seja impossível – voltaremos a esse ponto na seção 4.2.

4.1.1 Desenho experimental, estímulos e participantes

Participaram voluntariamente do experimento 30 sujeitos (21 mulheres e 9 homens), com idades entre 18 e 57 anos, todos estudantes do 1º período da Faculdade de Letras da UFRJ e falantes nativos do PB. Em troca da participação, os voluntários receberam horas de Atividades Acadêmico-científico-culturais (AACCs).

Ao todo, foram elaborados 16 estímulos críticos (oito para cada condição) e 16 distratores. Por meio de delineamento em quadrado latino, os estímulos críticos foram divididos em dois scripts (aqui referidos como scripts A e B) a fim de evitar a repetição de material lexical entre as duas condições experimentais. Como se optou por um desenho intra-sujeitos, cada participante julgou quatro estímulos críticos com contraste e quatro estímulos críticos sem contraste (além de dezesseis distratores), totalizando 240 observações.

Para a criação dos estímulos, foram definidos previamente sete domínios semânticos: *alimento*, *bebida*, *fases da vida humana*, *meio de transporte*, *equipamento eletrônico*, *esporte* e *roupa*. Para o domínio *alimento* foram estabelecidos dois pares de classes contrastantes (*chocolate vs. Maçã* e *batata frita vs. Fruta*); além disso, para cada um dos seis domínios restantes, foi estabelecido um par de classes contrastantes (respectivamente, *leite vs. Chá*; *criança vs. Adulto*; *carro vs. Metrô*; *notebook vs. Tablet*; *futebol vs. Golfe*; *casaco vs. Regata*). Por fim, para cada um desses oito pares opostos, foram criadas duas sentenças – uma com contraste e uma sem contraste –, resultando em 16 estímulos críticos. Todos os estímulos podem ser vistos no anexo 1.

Os estímulos críticos foram construídos segundo o modelo das sentenças (6) e (7), repetidas abaixo, por conveniência, como (8) e (9):

(8) A criança gosta de doces e guloseimas.

(9) A criança gosta de doces e guloseimas. Já o adulto tende a ter um paladar mais apurado.

Como se vê, os estímulos críticos sempre exibem artigo definido (não há, portanto, estímulos com determinante zero).¹³ Em sequências pertencentes à condição sem contraste, como (8), temos uma sentença simples e apenas um SN singular genérico, sempre na posição de sujeito. Por seu turno, sequências pertencentes à condição com contraste, como (9), apresentam duas sentenças simples, com um SN singular genérico em cada uma delas. Tomadas conjuntamente, essas duas sentenças descrevem uma situação de contraste: o referente do sujeito da primeira sentença (codificado como SN singular genérico com artigo definido) é contrastado, com base em algum atributo, ao referente do sujeito da segunda sentença (igualmente codificado como SN singular genérico com artigo definido). Em (9), por exemplo, o atributo relevante diz respeito à sofisticação do paladar: afirma-se, assim, que membros da classe CRIANÇA apresentam paladar menos sofisticado que membros da classe ADULTO.

4.1.2 Materiais e procedimentos

O experimento foi montado no software PsychoPy, versão 1.84.2, e aplicado em um notebook Positivo Duo ZX3020, com tela de 10.1 polegadas. Inicialmente, todos os voluntários receberam explicações orais sobre a tarefa experimental e sobre a dinâmica do experimento. Em seguida, cada sujeito avaliou, na presença do pesquisador, cinco estímulos de treinamento. Depois disso, os participantes foram deixados por conta própria.

Em um primeiro momento, os sujeitos tinham acesso a uma tela inicial com instruções escritas (anexo 2), que poderiam ler quantas vezes quisessem e por quanto tempo julgassem necessário. A fim de assegurar a interpretação genérica (e não específica) dos estímulos críticos, esse texto inicial solicitava ao participante que imaginasse uma situação hipotética na qual um pai estivesse transmitindo ao seu filho “uma série de ensinamentos sobre diversos assuntos e seres”. Em seguida, o mesmo texto solicitava que os participantes julgassem a aceitabilidade das frases produzidas por esse pai hipotético, a partir de uma escala com cinco níveis:¹⁴

¹³ Conforme a proposta desenvolvida na seção 3, o padrão com determinante zero é não-marcado em relação ao conteúdo inserido no EDC antes do momento da enunciação da sentença. Por essa razão, a hipótese teórica não prevê que esse padrão seja necessariamente incompatível com a existência de sequências contrastivas. É isso que justifica a opção por incluir no experimento apenas estímulos com artigo definido.

¹⁴ O texto com as instruções iniciais pode ser visto no anexo 2.

1. Totalmente inaceitável
2. Pouco aceitável
3. Medianamente aceitável
4. Muito aceitável
5. Totalmente aceitável

Após ter lido e compreendido as instruções iniciais, o participante deveria pressionar a barra de espaço para que se iniciasse a apresentação dos estímulos. As 24 sequências textuais a serem julgadas por cada sujeito foram organizadas em ordem pseudoaleatória, de maneira que sequências críticas não fossem exibidas em estímulos consecutivos. Cada estímulo ficou exposto por 4000ms, sendo então seguido da tela mostrada na Figura 11:

FIGURA 11 – Tela da pergunta referente ao julgamento em Escala Likert



Essa tela, por seu turno, permanecia visível por tempo indeterminado, até que os participantes indicassem, por meio dos números do teclado, o grau de aceitabilidade da sequência exposta na tela imediatamente anterior. Essa resposta levava automaticamente à exibição do estímulo seguinte.

4.1.3 Análise estatística e previsões experimentais

Para a análise estatística, foi realizado um teste qui-quadrado de homogeneidade por meio do software Action Stat, versão 3.1.43.724.694. Optou-se pela técnica do qui-quadrado, em detrimento da mais tradicional Análise de Variância, porque existe questionamento na literatura quanto à possibilidade de se tratar os dados derivados de escala Likert como

dados numéricos (JAMIESON, 2004). Aqui, portanto, assumimos a opção metodologicamente mais conservadora de tratar o grau de aceitabilidade como variável categórica.

Especificamente, o qui-quadrado de homogeneidade avalia se duas ou mais populações apresentam distribuição equivalente de uma dada variável categórica. No nosso caso, as populações correspondem às duas condições experimentais (com e sem contraste), ao passo que a variável categórica corresponde ao próprio grau de aceitabilidade atribuído a cada estímulo pelos participantes do experimento. Dessa maneira, o qui-quadrado de homogeneidade permite avaliar se a proporção de sequências com grau de aceitabilidade 1, 2, 3, 4 e 5 é equivalente nas duas condições.

Mais acima, apresentamos informalmente nossa previsão experimental da seguinte maneira: os estímulos da condição com contraste serão considerados mais aceitáveis do que os estímulos da condição sem contraste. Como não trabalharemos com médias numéricas, e sim com contagem de frequência dos graus de aceitabilidade, formularemos essa previsão nos seguintes termos: *a proporção de sentenças totalmente inaceitáveis (grau 1), pouco aceitáveis (grau 2), medianamente aceitáveis (grau 3), muito aceitáveis (grau 4) e totalmente aceitáveis (grau 5) não será equivalente nas duas condições experimentais*. Se estivermos corretos, esse resultado revelará a existência de uma correlação estatística entre a presença ou ausência de contraste, de um lado, e o grau de aceitabilidade de sentenças com SNs singulares genéricos com artigo, de outro.

4.2 Resultados e discussão

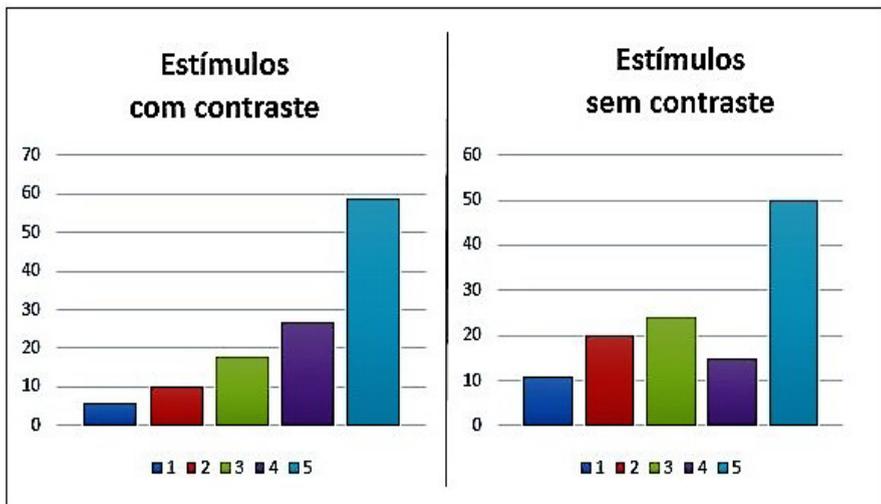
Conforme previsto pela hipótese teórica desenvolvida na seção 3, existe diferença significativa na distribuição dos graus de aceitabilidade dos estímulos entre as duas condições experimentais ($\chi^2(4) = 9.832, p = .043$), com um efeito de intensidade moderada (V de Cramer = .2).¹⁵ A tabela 2 e o gráfico 1 sintetizam a distribuição dos graus de aceitabilidade em cada condição:

¹⁵ Tipicamente, assume-se que valores de V de Cramer iguais ou maiores que .1 e menores que .2 indicam efeito fraco, valores iguais ou maiores que .2 e menores que .4 indicam efeito moderado, valores iguais ou maiores que .4 e menores que .6 indicam efeito forte e valores acima de .6 indicam efeito muito forte (REA; PARKER, 1992).

TABELA 2 – Grau de aceitabilidade dos estímulos críticos

Grau de aceitabilidade	COM CONTRASTE		SEM CONTRASTE		TOTAL
	Número de respostas	Valor percentual	Número de respostas	Valor percentual	
1	6	5%	11	9.16%	17
2	10	8.33%	20	16.66%	30
3	18	15%	24	20%	42
4	27	22.5%	15	12.5%	42
5	59	49.16%	50	41.66%	109
Total	120		120		240

GRÁFICO 1 – Distribuição dos dados nas condições com e sem contraste



O padrão que emerge dos dados acima é o seguinte: o índice de sentenças totalmente inaceitáveis (grau 1), pouco aceitáveis (grau 2) e medianamente aceitáveis (grau 3) é mais elevado na condição sem contraste, ao passo que o número de sentenças muito aceitáveis (grau 4) e totalmente aceitáveis (grau 5) é maior na condição com contraste. Especificamente, as sequências julgadas completamente aceitáveis perfazem aproximadamente 49.16% do total de estímulos com contraste e

41.66% dos estímulos sem contraste; de maneira semelhante, 22.5% dos estímulos contrastivos receberam grau de aceitabilidade 4, ao passo que o mesmo só ocorreu com 12.5% dos estímulos não-contrastivos. Ao mesmo tempo, quando se trata dos estímulos com menor nível de aceitabilidade (graus 1, 2 e 3), a situação se inverte: as proporções são sistematicamente mais elevadas na condição sem contraste (respectivamente, 9.16%, 16.66% e 20%) do que na condição com contraste (respectivamente, 5%, 8.33% e 15%).¹⁶

Os resultados sugerem, portanto, que a presença de um segundo SN genérico, com função contrastiva, na mesma sequência textual eleva significativamente – ainda que moderadamente – a aceitabilidade de enunciados que contêm SN genérico com artigo definido (e, naturalmente, a ausência do segundo SN genérico produz o efeito inverso). Isto é, o falante está mais propenso a aceitar uma sentença descontextualizada com SN genérico introduzido por artigo definido quando ela é seguida por uma sentença adicional capaz de construir uma relação opositiva.

Isso é precisamente o que se poderia esperar com base na proposta teórica desenvolvida na seção 3. Conforme argumentamos, a sequência contrastiva convida o leitor a evocar o tipo de esquema conceptual associado ao padrão sintático de SN genérico com artigo definido. Nesse esquema, vale lembrar, (i) o Espaço de Tipo que funciona como domínio de instanciação do referente do núcleo do SN se encontra previamente disponível no Espaço Discursivo Corrente e (ii) esse mesmo Espaço de Tipo é ocupado não apenas pelo referente do núcleo do SN, mas também por um conjunto de tipos conceptualmente pressupostos (isto é, “offstage”, ou não-perfilados). Se, diante de um estímulo linguístico, o sujeito é capaz de evocar mentalmente esse cenário (conforme representado nas Figuras 7 e 9), é de esperar que ele perceba o enunciado como natural e aceitável. Ao mesmo tempo, caso o indivíduo *falhe* em construir essa representação (situação mais provável na *ausência* de uma sequência contrastiva), é esperado que ele sinta algum tipo de estranhamento diante de um enunciado com SN genérico definido. Dessa forma, a diferença

¹⁶ Um dos pareceristas argumenta que a diferença entre a proporção de notas 5 para estímulos com e sem contraste é “mínima”. O dado crucial, no entanto, é que a diferença na distribuição dos graus de aceitabilidade nas duas condições é *estatisticamente significativa* e evidencia *efeito moderado*. Estes são, portanto, os dois fatos empíricos a serem explicados. Nesta seção, propomos uma interpretação para eles.

na distribuição dos graus de aceitabilidade entre as duas condições é interpretada aqui como efeito da maior ou menor probabilidade de se evocar o tipo de representação conceptual associado à variante definida do SN singular genérico.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que este experimento foi capaz de detectar um efeito apenas *moderado* da presença do segundo SN sobre a distribuição dos graus de aceitabilidade dos estímulos (V de Cramer = .2). A nosso ver, isso pode ser explicado, ao menos em parte, pela assunção de que leitores/ouvintes jamais interpretam enunciados em um vácuo discursivo e informacional. Isso significa que, mesmo em casos nos quais nenhum contexto discursivo é explicitamente fornecido, eles tenderão a evocar algum tipo de entorno contextual para a sequência que está sendo interpretada¹⁷. Dessa forma, ao se deparar com uma sentença isolada do tipo *A criança gosta de doces e guloseimas*, é concebível que boa parte dos participantes tenha assumido (inconscientemente) um contexto discursivo prévio no qual se discutiam as diferenças entre o paladar das crianças e o dos adultos. Em outras palavras, é provável que, em muitos casos, a ausência da sequência contrastiva não tenha sido suficiente para suprimir a evocação do cenário conceptual associado ao SN genérico definido – uma hipótese que ajuda a explicar, inclusive, a alta incidência de sentenças plenamente aceitáveis (grau 5) na condição sem contraste.

É razoável especular, portanto, que o efeito seja mais forte do que o que foi possível observar neste experimento – e que a detecção de um efeito apenas moderado tenha sido artifício do desenho experimental. Para confirmar essa especulação, são bem-vindos experimentos que permitam flagrar de forma mais direta as representações conceptuais associadas aos diferentes padrões sintáticos – por exemplo, uma tarefa de escolha forçada com imagens. Para os nossos propósitos, a vantagem desse tipo de desenho é sua menor vulnerabilidade ao fenômeno da acomodação pragmática, que pode interferir na interpretação de sequências linguísticas. Seja como for, ainda que alguma forma de acomodação pragmática tenha de fato sido realizada por muitos sujeitos, e com um elevado número de estímulos, está claro que ela não foi suficiente para *anular* a diferença

¹⁷Essa tendência dá origem ao conhecido fenômeno de *acomodação de pressuposição* (LAMBRECHT, 1994): se alguém entra em um ambiente e ouve o enunciado “Foi o Diego que fez o gol do Flamengo”, provavelmente não poderá evitar a suposição de que a conversa anterior girava em torno da definição da autoria do gol do Flamengo.

na distribuição dos graus de aceitabilidade dos estímulos entre as duas condições experimentais. A rigor, o fato de o efeito do contraste ter sido observado mesmo numa situação propícia à acomodação pragmática pesa fortemente em favor da hipótese defendida aqui.

Um segundo ponto relevante diz respeito à existência de possíveis explicações alternativas para as diferenças de aceitabilidade encontradas. É possível notar que os estímulos das duas condições se distinguem não apenas quanto à contrastividade mas também quanto à informatividade – especificamente, os estímulos da condição com contraste veiculam uma maior quantidade de informações¹⁸. Para avaliar se os dados revelam a existência de um efeito de informatividade independente do efeito de contraste, um segundo experimento está atualmente em desenvolvimento.

5 Considerações finais

Este trabalho apresentou resultados experimentais compatíveis com uma análise cognitivista acerca da semântica de SNs singulares genéricos. A partir da caracterização do sintagma nominal estabelecida por Langacker (1991), postulamos a existência de uma diferença conceptual entre o SN genérico definido e o SN genérico indefinido (com determinante zero) do PB. Com base em uma tarefa de julgamento de aceitabilidade, foi possível confirmar a previsão de que a presença de um segundo SN genérico, com função contrastiva, na mesma sequência textual eleva significativamente a aceitabilidade de enunciados com SN genérico definido. Esse resultado foi interpretado como evidência de que, no PB, SNs genéricos definidos evocam representações conceptuais distintas, conforme indicado nas Figuras 7 a 10.

O tratamento experimental de constructos teóricos associados à Gramática Cognitiva é um campo ainda pouco explorado, principalmente no que se refere ao PB. Nesse sentido, a presente pesquisa abre um caminho promissor de investigação, que pode respaldar empiricamente a associação entre padrões sintáticos e estruturas conceptuais. Com relação à caracterização dos sintagmas nominais genéricos do PB, os resultados aqui encontrados motivam o aprofundamento da proposta a partir de novos desenhos experimentais, ao mesmo tempo em que sugerem a ampliação da análise para incluir outros tipos de SNs genéricos do PB.

¹⁸ Agradecemos a um dos pareceristas anônimos por essa observação.

Referências

BROCCIAS, C; HOLLMANN, W. B. Do we need summary and sequential scanning in (Cognitive) grammar? *Cognitive Linguistics*, De Gruyter, v. 18, n. 4, p. 487-522, 2007.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511624582>

HAWKINS, J. *Definiteness and indefiniteness: a study in reference and grammaticality prediction*. London: Croom Helm., 1978.

HART, C. *Discourse, grammar and ideology: functional and cognitive perspectives*. London; New Delhi; New York; Sydney: Bloomsbury, 2014.

HOLLMANN, W. B. Nouns and verbs in Cognitive Grammar: where is the ‘sound’ evidence? *Cognitive Linguistics*, De Gruyter, v. 24, n. 2, p. 275-308, 2013.

JAMIESON, S. Likert scales: how to (ab)use them. *Medical Education*, Wiley Online Library, v. 38, n. 12, p. 1217-1218, 2004.

KRIFKA, M.; PELLETIER, F. J.; CARLSON, G.; TER MEULEN, A.; CHIERCHIA, G.; LINK, G. Genericity: an introduction. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (Ed.). *The generic book*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995. p. 1-124.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representation of discourse referents*. Cambridge: University Press, 1994. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620607>

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar: descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R. W. *Investigations in Cognitive Grammar*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2009. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199544004.013.0005>

LANGACKER, R. W. *Essentials of Cognitive Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MICHAELIS, L. A. Sign-Based Construction Grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Ed.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: University Press, 2013.

MÜLLER, A. The semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. *Probus*, Berlin, v. 14, n. 2, p. 279-298, 2002a. <https://doi.org/10.1515/prbs.2002.011>

MÜLLER, A. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, PUC-SP, v. 18, n. 2, p. 287-308, 2002b. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502002000200005>

PEETERS, B. Does Cognitive Linguistics live up to its name? In: DIRVEN, R.; HAWKINS, B.; SANDIKCIOGLU, E. (Ed.) *Language and ideology: theoretical cognitive approaches*. Amsterdam/New York: John Benjamins, 2001. p. 83-106. <https://doi.org/10.1075/cilt.204.04pee>

REA, L. M.; PARKER, R. A. *Designing and conducting survey research*. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

SAVIC, M. *Politeness through the prism of requests, apologies and refusals: a case of advanced Serbian EFL learners*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014.

STEFANOWITSCH, A. Cognitive linguistics as a cognitive science. In: CALLIES, M.; KELLER, W. R.; LOHÖFER, A. (Ed.) *Bidirectionality in the cognitive sciences*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2011. p. 296-309. <https://doi.org/10.1075/hcp.32.16ste>

WESTERA, M.; BRASOVEANU, A. Ignorance in context: The interaction of modified numerals in QUDs. In: SEMANTICS AND LINGUISTIC THEORY CONFERENCE, 24., 2014, New York. *Proceedings...* New York: New York University, 2014. p. 414-431.

ANEXO 1

Estímulos críticos do Script A

1. A criança gosta de doces e guloseimas.
2. O futebol tem muitos adeptos no Brasil.
3. O carro só serve para atrapalhar a vida.
4. A batata frita engorda.
5. O chocolate dá espinha. Já a maçã faz bem para a pele.
6. O notebook ocupa muito espaço na mala. Já o tablet é leve e mais prático de carregar.
7. O casaco é totalmente desnecessário no inverno do Rio de Janeiro. Enquanto isso, a regata é um item comum em todas as estações.
8. O leite agrava a gastrite. Por outro lado, o chá de hortelã melhora problemas estomacais.

Estímulos críticos do Script B

1. O chocolate dá espinha.
2. O leite agrava a gastrite.
3. O notebook ocupa muito espaço na mala.
4. O casaco é totalmente desnecessário no inverno do Rio de Janeiro.
5. O futebol tem muitos adeptos no Brasil. Já o golfe não é muito popular.
6. A criança gosta de doces e guloseimas. Já o adulto tende a ter um paladar mais diversificado.
7. A batata frita engorda. Já a fruta é indicada para quem faz dieta.
8. O carro só serve para atrapalhar a vida. O metrô, por outro lado, facilita a locomoção das pessoas.

Estímulos distratores

1. Todo ônibus possui assentos preferenciais para idosos e gestantes.
2. Florestas são adequadas para se fazer trilhas.
3. Todo instrumentista possui instrução formal. Dessa maneira, há músicos que não possuem treinamento algum.
4. Uma boa parte dos avós gosta de contar histórias para os seus netos.
5. Todo quarto de criança é bagunçado.
6. As famílias costumam se encontrar aos domingos.
7. Os gatos são muito amigáveis. Entretanto, não têm medo das pessoas.

8. Os jogadores de futebol são muito famosos no Brasil. Mas os atletas de hóquei não costumam ter muitos fãs.
9. As sorveterias vendem mais em dias quentes. Assim, lucram mais no inverno.
10. Roqueiro costuma usar roupas pretas e pulseiras metálicas.
11. Os cantores líricos cantam apenas música sertaneja.
12. Lanchonete é um bom lugar para se fazer refeições rápidas.
13. As cidades grandes são muito barulhentas. Mesmo assim, são lugares recomendados para se morar
14. Flash é o herói mais rápido dos quadrinhos. Dessa forma, ele pode correr mais rápido que a velocidade da luz.
15. Cidades quentes são péssimas para se encontrar gorros e agasalhos.
16. Os escritores costumam não gostar de ler livros.

ANEXO 2

Você está prestes a participar de um experimento linguístico muito simples. Leia as instruções a seguir com bastante atenção e responda ao que for solicitado.

Imagine que você está ouvindo um pai transmitir ao seu filho uma série de ensinamentos sobre diversos assuntos e seres. Na sequência, você verá algumas das frases produzidas por ele. Sua tarefa consiste simplesmente em julgar se elas soam aceitáveis e naturais no português. Para isso, considere a seguinte escala:

1. Totalmente inaceitável
2. Pouco aceitável
3. Medianamente aceitável
4. Muito aceitável
5. Totalmente aceitável

Lembre-se: você não está sendo avaliado e não deve levar em consideração as regras gramaticais aprendidas na escola. Ao atribuir uma nota para cada frase (1, 2, 3, 4 ou 5), considere apenas a maneira como elas *soam* aos seus ouvidos. Em outras palavras, faça o seu julgamento utilizando apenas a sua intuição de falante do português.